



TRIBUNAL DE CONTAS
PROC. Nº _____
FOLHA Nº _____

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Ronaldo

OFÍCIO Nº1828/2019-SEPLENO/DICOMP

Manaus, 28 de março de 2019

À,
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX

AO SERVIDOR LUCIANO PREN/2
71 INCCOIR NA INSPECÇÃO
20/08/19
[Assinatura]

PROCESSO Nº1761/2018

1. Encaminho para conhecimento e providências necessárias, cópias reprográficas da Decisão nº10/2019 (Denúncia) Também como o Relatório Voto.
2. Solicito que ao responder este ofício, seja feita referência expressa ao número do processo em questão, cuja omissão impossibilitará ao DEAP de receber a quaisquer documentos.
3. Por fim, ressalto que é obrigação de todos os jurisdicionados manter, perante este Tribunal o registro atualizado de seu endereço, nos termos do art. 94, § 1º da Resolução nº 04/2002.

TCE/SECEX RECEBIMENTO
EM: 29/03/19
HORAS: 10:08
[Assinatura] ASSINATURA 1099

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno



TCE/SECEX DESPACHO
1. Ciente.
2. De ordem:
À(AO) [Assinatura] PARA
CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS.
EM: 29/03/19
[Assinatura] ASSESSORIA

Recebido em: 03/04/2019
[Assinatura]
DICOP

KL

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____ / ____ / ____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

DECISÃO Nº10/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.4. **Determinar** o apensamento dos autos, após os procedimentos cabíveis, à Prestação de Contas da SEDUC do exercício de 2017.

- 10- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
11- **Data da Sessão:** 22 de Janeiro de 2019
12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
13- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



Proc. Nº 1761/2018

Fis. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

PROCESSO Nº: 1761/2018
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC
NATUREZA: DENÚNCIA DEMANDA DE OUVIDORIA
DENUNCIANTE: SECEX/TCE/AM
DENUNCIADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO - SEDUC
ADVOGADO(A): NÃO POSSUI
OBJETO: DENÚNCIA ORIUNDA DE DEMANDA DA OUVIDORIA, EM FACE DA SEDUC, POR DEFICIÊNCIAS NA ESTRUTURA FÍSICA, CUJA ESTRUTURA ESTÁ FORA DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR, UNIDADE NILTON LINS - CPMV.
ÓRGÃO TÉCNICO: DICOP
PROCURADOR: ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

RELATÓRIO

1- Trata-se de Denúncia oriunda da demanda da Ouvidoria acerca de possíveis irregularidades na estrutura física do Colégio da Polícia Militar CPMV, conforme segue:

- A escola possui estrutura fora das normas de segurança;
- Não há saídas de emergência;
- Não houve análise pelo Corpo de Bombeiros da estrutura física do local;
- Banheiros em condições precárias de funcionamento;
- Quantitativo de alunos superior ao que é possível o prédio comportar;
- Crianças expostas ao sol por muito tempo, considerando que não há área coberta na entrada e na saída.

2- Com o intuito de instruir o processo, a DICOP realizou vistoria *in loco* na unidade educacional, constatando uma série de irregularidades (fls. 04/12).

3- Às fls. 23/24 encontra-se o Despacho de admissibilidade do processo, em seguida foi encaminhado a mim, oportunidade na qual remiti à DICOP para emissão de notificações ao Gestor da SEDUC e à Diretora do CPMV, tendo as recebidos, ambos tiveram suas defesas



Proc. Nº 1761/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

apresentadas e juntadas ao processo. Houve, ainda, o encaminhamento de Ofício ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas para que se manifestasse a respeito das instalações do CPM V, o qual, através do Ofício de nº 185/DAT/CBMAM/2018 (fls. 235), afirmou que a edificação em comento não possui AVCB e que foi reprovada em vistoria ocorrida em 3/9/2018, conforme Relatório anexado.

4- A DICOP, por meio do Relatório nº 239/2018 (fls. 238/245), concluiu pela existência de uma situação grave no Colégio Militar da Polícia Militar, Unidade Nilton Lins - CPM V, opinando pelo envio de cópia do Relatório Conclusivo à SEDUC/AM e ao Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas, para que possam ser tomadas as providências no sentido de reverter o quadro apontado, garantindo a segurança necessária para os usuários da unidade escolar em questão, ou ainda, a determinação de outras providências pertinentes.

5- O Ministério Público de Contas no Parecer nº 6096/2018-MP/RCKS opinou pela PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO, com as seguintes recomendações:

i. Que seja concedido o prazo de 30 dias para que a SEDUC providencie as adequações suscitadas pelo Corpo de Bombeiros e, assim, obtenha o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); ii. Caso não seja possível a regularização da situação, que o Secretário de Estado promova a mudança de endereço do CPM para um lugar que ofereça segurança aos usuários, sob pena de responder na forma da lei por dolo, eis que está consciente do perigo em potencial que o prédio oferece; iii. Que seja solicitado ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Amazonas, caso não sejam providenciadas as alterações por ele sugeridas, que promova a interdição do prédio antes do início do período letivo, a fim de garantir a integridade dos usuários, e, caso necessário, acione a Defesa Civil para auxílio na ação; iv. Que tanto a SEDUC como o Corpo de Bombeiros comuniquem a este Tribunal de Contas do Estado o resultado da ação proposta, após o decurso do prazo de 30 dias ofertado à SEDUC.

6- Eis o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

7 – A denúncia possui rito especial e processamento diferenciado, objetivando atender de forma mais rápida e eficiente às demandas da sociedade de forma geral. Os requisitos de admissibilidade estão enumerados no art. 279, §2º, da Resolução 04/2002-TCE/AM:

Art. 279. Tem legitimação para fazer denúncia ao Tribunal qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

§ 2.º São requisitos para a admissão da denúncia:



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

- I - referir-se a matéria da competência do Tribunal;*
- II - envolver administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição;*
- III - ser redigida em linguagem clara e objetiva;*
- IV - conter o nome legível e a qualificação pessoal, incluindo endereço, do denunciante ou de seu representante legal;*
- V - vir sustentada em prova ou indício de prova concorrente ao fato denunciado ou à existência da ilegalidade ou da irregularidade.*

8 - Preliminarmente, vale destacar o conteúdo do Relatório Conclusivo nº 239/2018-DICOP (fls. 238/245) concernente a duas fases de vistoria.

PRIMEIRA ETAPA DE VISTORIA

9 – No dia 23/03/2018 foi realizada vistoria nas dependências do Colégio Militar da Polícia Militar/PM-AM, a fim de averiguar os questionamentos apresentados inicialmente na denúncia, sendo confirmadas as seguintes irregularidades:

- 1) *Tem sua estrutura fora das normas de segurança;*
- 2) *Existências de saídas de emergências, no entanto a maioria delas trancadas com cadeados;*
- 3) *Quanto ao aspecto da ACESSIBILIDADE os SANITÁRIOS não atendem os preceitos da NBR 9050/2015;*
- 4) *Insuficiência de informações para averiguar se a quantidade de crianças está superior ao que o prédio comporta;*
- 5) *Não existe área coberta nem na área central, laterais e nas demais áreas adjacentes – onde as crianças ficam expostas.*

10 – Após, a DICOP comunicou que a denúncia era procedente, sugerindo que os responsáveis fossem devidamente comunicados e providenciassem a solução para as irregularidades constatadas nas instalações do 5º Colégio Militar da Polícia Militar – CPMV

SEGUNDA ETAPA DE VISTORIA

11 – Após o despacho de admissibilidade da denúncia, as notificações e respectivos envios das defesas dos responsáveis, houve nova vistoria no dia 25/09/2018, com a finalidade de verificar se as pendências identificadas na PRIMEIRA VISTORIA foram sanadas, bem como, confrontar com as providências tomadas/indicadas nas DEFESAS apresentadas ante as NOTIFICAÇÕES Nº 279/2018-DICOP e Nº 280/2018-DICOP.



Proc. Nº 1761/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

12 – De imediato fora informado À DICOP que os *PROJETOS DE ADEQUAÇÕES DA EDIFICAÇÃO às NORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO* foram submetidos ao *CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS (CBMAM)*, sendo que no dia 03/09/2018 tais instalações foram vistoriadas pela *DIRETORIA TÉCNICA do CBMAM*, oportunidade na qual foram indicadas várias irregularidades (conforme *CONSIDERAÇÕES DE VISTORIA TÉCNICA* (folha 194 do Processo 1761/2018)). Portanto, permanecendo a *EDIFICAÇÃO sem o AVCB*.

13 - De acordo com a Lei nº 2.812 de 17/07/2013, que Institui o Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco e dá outras providências, o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) é **essencial**, vejamos:

Art. 2º, § 3º: “*competete Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas compete a realização de vistoria dos serviços realizados para a comprovação da conformidade do projeto com as normas relativas à matéria, e para a comprovação da execução dos serviços de acordo com o projeto elaborado e a consequente emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB*”.

14 - Essa mesma Lei em seu Art. 1º, destaca que:

“Art. 1º Fica instituído o Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco, com os objetivos de: I - estabelecer normas de prevenção contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco; II - proteger a vida dos ocupantes de edificações e áreas de risco, em situações de incêndio e pânico; III - proporcionar meios e condições de acesso para controle e extinção de incêndios; IV - fixar as regras para a realização do serviço de perícia de incêndio.”

15 – Diante da conclusão final da DICOP e do Parecer Ministerial verifica-se que a maior parte dos eventos denunciados fora afastada ao longo da instrução processual. Entretanto, o fato mais gravoso não conseguiu ser elidido, qual seja: **Tem sua estrutura fora das normas de segurança e não possui saídas de emergência, colocando em risco a vida de milhares de crianças.**

16 – Destaco aqui a conclusão pertinente da DICOP quanto à irregularidade, em questão:

“Conforme item 2.2.3.1 desta *INFORMAÇÃO CONCLUSIVA* tal irregularidade permanece:

Devido a **INEXISTÊNCIA do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB** e pelas fotos em anexo (vistorias 1ª etapa e 2ª etapa), podemos
REL VOTO nº 658/2018-GCERICOXAVIER



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

observar que as instalações não estão cumprindo os preceitos da Legislação Estadual e nem tão pouco atende de forma adequada aos parâmetros das Normas Brasileiras de Prevenção e Combate a incêndio.

Apesar do que foi informado e apresentado nas DEFESAS, que às providências para regularização da Edificação junto ao Corpo de Bombeiros do Amazonas estão em andamento e que já foi submetido e analisado pelo Corpo de Bombeiros do Amazonas, as **INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO CONTINUAM IRREGULARES**, vejamos:

• Conforme OFÍCIO Nº 185/DAT/CBMAM/2018 (fls. 235/236 do Processo 1761/2018), no qual o COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS D AMAZONAS, afirma: "... que a edificação **não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB e que se encontra reprovado** em vistoria, conforme relatório da vistoria ocorrida em 03 de setembro de 2018, que registrou as seguintes inconformidades:" (grifo nosso)

Informamos que de acordo com O TERMO DE CONTRATO Nº 189/2016 (fl. 162), DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, na CLÁUSULA SÉTIMA diz: "O LOCATÁRIO (SEDUC) **declara receber o imóvel locado em perfeitas condições de habitabilidade e utilização**, comprometendo-se a assim devolvê-lo, finda a locação ora ajustada" (grifo nosso)

E que tal **escola está em funcionamento desde 21/03/2016** (conforme TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 49/2016), apesar de NÃO POSSUIR Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou seja, mais de 2(dois) anos funcionando sem SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO, pondo assim em risco a vida de alunos, professores e demais usuários do Colégio Militar da Polícia Militar, Unidade Nilton Lins - CPM V."

17 - Para finalizar, acato as sugestões da DICOP e do *Parquet*, tendo em vista, ainda, que a manifestação do Corpo de Bombeiros, apresentada nos autos do processo, é clara sobre o risco a que estão sendo submetidos os alunos, pais, funcionários e transeuntes no CPM V. O que demonstra um claro desrespeito ao Princípio da Segurança, por meio do qual, o Estado deverá prestar o serviço público de forma a não colocar em perigo a integridade física e a vida do usuário.



Proc. Nº 1761/2018

Fls. Nº _____

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Gab. Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Tribunal Pleno

VOTO

Com base nos autos, em consonância com o Ministério Público de Contas e em consonância com o órgão técnico, VOTO no sentido de o Tribunal Pleno:

- 1- **Conhecer** e JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia oriunda da Ouvidoria, em face da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - Seduc, por deficiências na estrutura física, cuja estrutura está fora das normas de segurança do Colégio Militar da Polícia Militar, unidade Nilton Lins - CPM V, com fulcro no art. 1º, XXII, da Lei nº 2.423/96;
- 2- **Determinar** à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - Seduc que providencie as adequações suscitadas pelo Corpo de Bombeiros e, assim, obtenha o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). E, caso não seja possível a regularização da situação, que o Secretário de Estado promova a mudança de endereço do CPM para um lugar que ofereça segurança aos usuários, eis que está consciente do perigo em potencial que o prédio oferece;
- 3- **Determinar** o encaminhamento desta Decisão à SECEX para que inclua no escopo das Inspeções *in loco* da SEDUC a se realizar no exercício no ano de 2019, a fim de verificar se as irregularidades tratadas nessa Denúncia foram sanadas;
- 4- **Determinar** o apensamento dos autos, após os procedimentos cabíveis, à Prestação de Contas da SEDUC do exercício de 2017.

É o voto.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de Dezembro de 2018.

Érico Xavier Desterro e Silva
Conselheiro-Relator